

## **A TV Digital e o *Apartheid* Cultural**

Por Regis Alvim Junot, em 30/06/2007.

Em dezembro de 2007, o Brasil iniciará a digitalização das suas transmissões de TV, conforme previsões oficiais. A implantação da TV digital está gerando grandes polêmicas e mobilizando pessoas de vários segmentos da sociedade. Depois de anos de pesquisa e desenvolvimento, a comunidade de especialistas no assunto forneceu o subsídio técnico para o governo federal fazer a escolha do padrão a ser implantado no nosso país.

Vários movimentos sociais consideraram um erro o decreto presidencial de junho de 2006, que adotou o padrão japonês como base para a modulação de TV digital no Brasil. Os militantes desses movimentos protestaram pela falta de participação nos debates sobre o tema, condenaram a consignação de novos canais digitais para as atuais emissoras sem estabelecer uma regulamentação para o setor, criticaram o não desenvolvimento de um padrão genuinamente brasileiro, que diminuiria a dependência externa e valorizaria a ciência e a tecnologia nacionais, entre outros questionamentos.

Apesar de bem intencionadas, a maioria dessas pessoas não possui conhecimento técnico suficiente para discutir tais assuntos. A decisão do governo, baseada em aspectos técnicos, foi acertada, pois o padrão japonês mostrou ser o melhor entre os padrões testados, conforme apontaram os relatórios do CPqD<sup>(1)</sup> e os testes da SET<sup>(2)</sup>, da ANATEL<sup>(3)</sup> e de várias universidades brasileiras que participaram dos consórcios de pesquisa.

### **Consignação de novos canais digitais**

Apesar de ser considerada ilegal, a consignação de novos canais digitais para as atuais emissoras é necessária para a realização da transição da TV analógica para a TV digital. O decreto presidencial determina um prazo de 10 anos para essa transição, período no qual as atuais emissoras serão obrigadas a manter em funcionamento, simultaneamente, as transmissões analógica e digital. Após esse período, os canais analógicos serão desativados e os espaços que eles ocupam no espectro (frequências) serão devolvidos à União.

No nosso país, historicamente, os fatos sempre antecederam as normas. Não há dúvidas que a regulamentação sobre TV digital precisa ser realizada com urgência, mas isso não pode causar o adiamento da implantação do novo sistema. Muitos problemas serão detectados nos primeiros anos de funcionamento da TV digital e, mesmo que houvesse regulamentação, inúmeros ajustes seriam necessários posteriormente.

### **Um padrão nacional**

O desenvolvimento de um padrão totalmente nacional poderia causar o isolamento do Brasil, inviabilizando as exportações de equipamentos e serviços para mercados, como a América do Sul, por exemplo. Em tese, a parceria com os japoneses possibilitará o aprimoramento do padrão “nipo-brasileiro”, tornando-o o mais avançado do mundo. Importantes inovações pesquisadas no Brasil serão aproveitadas. O modelo de compressão de vídeo MPEG-4<sup>(4)</sup> e o *middleware*<sup>(5)</sup> Ginga serão incorporados ao padrão ISDB-T<sup>(6)</sup>.

Mas só tecnologia não basta. Serão necessários modelos de negócios, políticas econômicas e leis que proporcionem condições para esse padrão se consolidar no Brasil e que outros países possam adotá-lo, abrindo a possibilidade de exportações da nossa tecnologia de TV digital e de conteúdos audiovisuais e interativos produzidos no nosso país.

### **A utilização do espectro eletromagnético**

Dentre várias possibilidades, a digitalização da TV utilizará a compressão de vídeo MPEG-4 que, teoricamente, poderá transformar um canal de TV em até seis canais, o que proporcionará a chamada multiprogramação. Mas esta também é considerada ilegal, por caracterizar-se como nova concessão de canal de TV, cuja outorga teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional. Se a programação do canal digital for apenas um espelho do canal analógico e transmitida no formato SDTV<sup>(7)</sup>, ela desperdiçará uma parte do espectro eletromagnético, o que também é considerado ilegal.

Há quem defenda um melhor aproveitamento do espectro, permitindo a entrada de dezenas de novas emissoras no ar. Mas na prática, um reescalonamento das bandas de frequência dos canais é totalmente inviável. Mesmo assim, existe possibilidade para a entrada de novas emissoras, pois a TV digital permitirá a utilização de canais adjacentes (“vizinhos”) em uma mesma cidade. Na TV analógica isso não é possível, porque um canal poderia causar interferências em outro canal vizinho.

## **Radiodifusão e Telecomunicações**

A escolha do sistema japonês também impediu a entrada das empresas de telefonia no mercado de produção e difusão de conteúdo audiovisual, o que manteve o suposto monopólio das emissoras de TV. Mas a entrada das teles nesse mercado não seria garantia de democratização da televisão. Poderia ser apenas uma mudança de monopólio, que deixaria de pertencer às grandes redes de TV, comandadas por oligarquias, e passaria para as teles, comandadas por grupos estrangeiros com grande poder econômico e uma política comercial predatória.

### **O que interessa é o conteúdo**

Enquanto se discutiu a decisão tomada pelo governo e suas possíveis implicações, um fator fundamental foi esquecido: o conteúdo. A importância da participação dos movimentos sociais e da própria sociedade como um todo reside nas discussões sobre o conteúdo exibido na TV. No âmbito das pesquisas do SBTVD<sup>(8)</sup>, também se discutiu muito sobre questões de engenharia e pouco sobre o conteúdo. “Está se pavimentando uma rodovia sem saber que tipo de veículo irá trafegar nela”. Essa foi a metáfora usada pelo jornalista e pesquisador Valdecir Becker, em evento sobre o tema, realizado no final de 2006. Agora, com a TV digital prestes a ser inaugurada, é necessário o apoio do Estado à produção de conteúdo e um aprofundamento das discussões e pesquisas nessa área, especialmente no meio acadêmico.

### **Interatividade, convergência e inclusão digital**

Apesar de ser baseada em software, a interatividade na TV não será como no computador. O conteúdo interativo – vídeo, áudio, textos, imagens, etc. – será semelhante ao dos DVDs e poderá incluir alguns recursos existentes na Internet. A interação se dará através de interfaces gráficas sobrepostas ao vídeo, cujas funções serão acionadas por botões no controle remoto. A interatividade não dependerá só do canal de retorno, podendo ser realizada, também, através de aplicativos executados localmente, dentro do *Set Top Box*.

Apesar do ceticismo de algumas pessoas, a convergência com o telefone celular poderá fazer muito sucesso. Com ele, poderemos assistir gratuitamente os canais de TV aberta, consultar informações e participar da programação através de votações e envio de mensagens de texto. Já a convergência com a internet permitirá, ao usuário, colaborar na produção de conteúdo. No canal Fiz TV, do Grupo Abril, parte do conteúdo será produzido pelo público. Quem quiser fornecer um vídeo, entrará no site da emissora e fará o *upload* do arquivo. Os vídeos mais votados pelos internautas serão veiculados e seus produtores serão remunerados.

Mesmo com todas essas possibilidades, uma inclusão digital plena se faz, apesar das dificuldades, através do computador. Com a TV digital poderemos ter uma inclusão digital parcial. No entanto, a criação novos programas de TV interativos com serviços comunitários, de saúde, educação à distância, governo eletrônico, entre outros, poderá dar uma grande contribuição para a inclusão social da população mais carente.

### **O *apartheid* cultural**

O grande problema da TV aberta brasileira, salvo raras exceções, é a falta de qualidade na programação. Além do forte apelo sexual e de violência, estamos assistindo a proliferação de programas sensacionalistas, religiosos, televentas e colunismo social. Esses programas não contribuem para melhorar o nível intelectual e a qualidade de vida da população. Em algumas emissoras educativas e comunitárias vemos de tudo, menos educação e serviço comunitário. Tudo isso ocorre, basicamente, por causa do “loteamento” da grade horária nas pequenas e médias emissoras, cujos recursos financeiros recebidos permitem sua sobrevivência, e pela disputa dos índices de audiência entre as grandes emissoras comerciais. A TV por assinatura, que tem um custo elevado, deixa muito a desejar e pouco valoriza a cultura nacional.

A banalização do conteúdo na TV vem, há anos, ampliando o *apartheid* cultural existente no Brasil. Para reverter essa situação e fazer a TV digital cumprir um papel social, é necessário abrir espaço para a produção independente, com conteúdo de qualidade que valorize a cultura brasileira, regulamentar o setor e fazer cumprir as leis de concessão de radiodifusão, estabelecer políticas econômicas que facilitem a aquisição do conversor digital pela maioria da população, entre outras medidas.

- (1) CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
- (2) SET – Sociedade de Engenharia de Televisão
- (3) ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
- (4) MPEG – Motion Picture Experts Group (formato de codificação e compactação de vídeo)
- (5) *Middleware* – Plataforma de software para interatividade na TV digital
- (6) ISDB-T – Integrated Services for Digital Broadcasting - Terrestrial
- (7) SDTV – Standard Definition Television (televisão de definição convencional)
- (8) SBTVD – Sistema Brasileiro de Televisão Digital